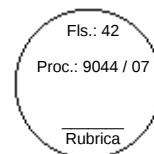




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



PROCESSO Nº 9044/2007

ANEXOS: 2 Volumes

JURISDICIONADA: Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF.

ASSUNTO: **Representação.**

MONTANTE EM EXAME: R\$94.386,98\*

EMENTA: Representação, cumulada com inspeção, com vistas a verificar a regularidade das concessões do abono de permanência de que trata a EC nº 41/2003 aos integrantes das carreiras Delegado de Polícia do Distrito Federal e Polícia Civil do Distrito Federal.

Irregularidades na concessão de abono de permanência. **Determinações.**

Senhor Diretor,

Trata o presente processo da Representação nº 04/2007, formulada pelo ilustre Procurador Inácio Magalhães Filho, comunicando ao Tribunal possível irregularidade na concessão, a integrantes do quadro de pessoal da Polícia Civil do Distrito Federal, do abono de permanência de que trata a Emenda Constitucional nº 41/2003, resultando na determinação (Decisão TCDF nº 2277/2007, item I – fl. 29) para a 4ª Inspeção de Controle Externo realizar inspeção junto à PCDF com vistas ao levantamento das informações necessárias ao exame dos fatos evidenciados nessa representação.

2. Juntando aos autos documentos pertinentes à concessão de abono de permanência aos servidores Waltoires Reis da Silva e Domingos da Silva Neto (fls. 6/7), bem como cópia do Despacho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proferido no Processo 04500.001140/2005-38 (fls. 8/11), pertinente à consulta formulada àquele órgão pela Controladoria Geral da União/Secretaria Federal de Controle/PR, contrário à concessão de abono de permanência a servidores integrantes da carreira de Policial Federal quando atendidas, na vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003, as condições de aposentadoria previstas na Lei Complementar nº 51/85<sup>1</sup>, o ilustre representante ministerial assim proferiu (fls. 1/5):

*4. Deve-se deixar assentado, desde já, que o critério para a concessão do abono de permanência não guarda qualquer relação com o direito à aposentadoria especial dos policiais civis. Assim, o fato de*

\* Valor calculado em 07.08.07, de acordo com a Portaria TCDF nº 236/2002.

<sup>1</sup> LC 51/85:

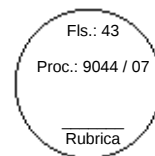
Art 1º - **O funcionário policial será aposentado:**

I - **voluntariamente**, com proventos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial; GRIFO

Arquivo: /tmp/tomcat6-tomcat6-tmp/document708312389568456101.sxw



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



*cumprirem as condições para aposentadoria, impostas pela Lei Complementar nº 51/85, não garante aos policiais civis o direito de perceber, automaticamente, o abono de permanência.*

3. Por fim, sugeriu ao e. Plenário :

*I. tome conhecimento da presente Representação, determinando seu processamento em autos específicos;*

*II. autorize a realização, pela Inspeção de Controle Externo competente, de procedimento fiscalizatório na Polícia Civil do Distrito Federal;*

*III. determine, cautelarmente, à Polícia Civil do Distrito Federal, com fundamento na Decisão nº 1347/04, adotada no Processo nº 1293/03, a suspensão imediata da concessão de abono de permanência a servidores que não cumpriram as exigências constitucionais.*

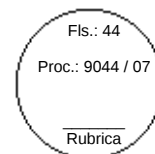
4. A referida Representação, conhecida pelo Tribunal na S.O. de 20/03/07, foi distribuída para a ilustre Conselheira Marli Vinhadeli que, após discutir a legislação pertinente, votou nos seguintes termos:

*I - com fundamento no art. 121, inciso II, do Regimento Interno do TCDF, autorize a Quarta Inspeção de Controle Externo a realizar, com a urgência que o caso requer, inspeção na Polícia Civil do Distrito Federal, com vistas ao levantamento das informações necessárias ao exame da regularidade dos fatos evidenciados na Representação nº 04/2007-IMF, do Ministério Público junto ao TCDF;*

*II - cautelarmente, determine à Polícia Civil do Distrito Federal que promova a suspensão de novas concessões do abono de permanência, previsto nos arts. 40, § 19, da Constituição Federal e 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41/03, aos servidores que implementaram os requisitos necessários à aposentadoria especial, com fundamento na Lei Complementar nº 51/95;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



*III - determine, ainda, ao referido órgão jurisdicionado que, no prazo de 30 (trinta) dias:*

- a) justifique os pagamentos do abono permanência a servidores que não haviam cumprido, na data do deferimento das concessões, todos os requisitos ou condições exigidas para a aposentadoria;*
- b) dê ciência aos servidores Waltoires Reis da Silva, Matrícula nº 23.857-0, e Domingos da Silva Neto, Matrícula nº 27.893-9, sobre os fatos apontados nos autos, para, querendo, apresentarem contra-razões ao TCDF, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado do conhecimento da comunicação feita pela PCDF, ante a possibilidade da interrupção dos pagamentos do abono permanência;*

*IV - autorize a remessa de cópia deste relatório/voto à Polícia Civil do Distrito Federal, para subsidiar o cumprimento das medidas objeto dos itens II e III, acima.*

5. O e. Plenário, por unanimidade, acolheu o voto da Relatora, proferindo a Decisão TCDF nº 2277/2007 – fl. 29. Então, cópia do inteiro teor dessa decisão - com os documentos nela indicados – foi encaminhada à Polícia Civil do DF (Ofício nº 1911/2007- GP – fl. 30).

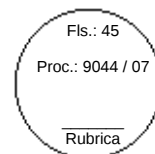
## **I – DAS MEDIDAS ADOTADAS E DOS ESCLARECIMENTOS PRESTADOS**

6. Quanto ao item II da Decisão nº 2277/2007, por meio do qual o Tribunal determinou à PCDF, cautelarmente, que suspendesse novas concessões de abono de permanência, vale mencionar que, em consulta à Seção II do Diário Oficial do Distrito Federal, em formato PDF, disponibilizado pelo Palácio do Buriti, verifica-se que, da data de conhecimento da referida decisão (30.05.2007) até o presente momento (07.08.2007), houve apenas uma concessão de abono de permanência, ao servidor Vicente de Paula Oliveira (DODF de 31.05.2007 – fl. 40), a qual foi tornada sem efeito em cumprimento à determinação desta Corte (DODF de 11.07.2007 – fl. 41).

7. No tocante ao item III da decisão em comento, relativo ao prazo de 30 (trinta) dias fixado para a PCDF apresentar justificativa quanto ao pagamento de abono permanência a servidores que não haviam cumprido, na data do deferimento das concessões, todos os requisitos ou condições exigidas para a aposentadoria, e,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



ainda, para dar ciência aos servidores Waltoires Reis da Silva, Matrícula nº 23.857-0, e Domingos da Silva Neto, Matrícula nº 27.893-9, sobre os fatos apontados nos autos, para, querendo, apresentem contra-razões ao TCDF no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do conhecimento dessa decisão, a PCDF encaminhou a esta Casa, tempestivamente, os documentos juntados aos autos às fls. 34/36, participando ao Tribunal a ciência dada aos servidores citados e pronunciando de forma favorável à concessão do abono de permanência a servidores em atividade que preenchem, após a EC nº 41/2003, os requisitos para aposentação nos termos da Lei Complementar nº 51/85.

8. Registre-se que, não obstante os servidores mencionados tenham tomado ciência da Decisão TCDF nº 2277/2007 nos dias 12 e 14 de junho de 2007, de acordo com o documento acostado à fl. 36, até o presente momento não apresentaram ao Tribunal suas contra-razões.

9. Com relação à justificativa apresentada para a concessão do abono de permanência, a PCDF assim argumentou:

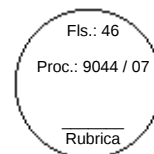
*Decerto, se considerada a letra fria da norma, deduz-se que somente aos servidores que exerciam suas atividades em condições normais de trabalho consoante o disposto no § 1º, inciso III, alínea "a" e "b" do art. 40 da CRFB e § 1º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 41/03, seria possível a concessão da espécie.*

*Entretanto, com espreque na premissa de que não houve por parte do legislador a intenção de punir o servidor constitucionalmente reconhecido como **executor de atividades especiais**, conforme previsto no § 4º, do próprio artigo 40, da Carta Magna, tem-se a aplicação extensiva do § 4º, do artigo 1º, da Emenda Constitucional nº 47/05, ao servidor não incluso na regra de transição previdenciária, por estar incluído nas especificidades do citado § 4º, do texto Maior, caso dos policiais civis, cujas atividades, como é consabido, são exercidas sob condições que prejudicam a saúde ou a integridade física.*

*Nesse sentido, vê-se que a própria fundamentação para a concessão da espécie com fulcro na referida Lei Complementar descarta a aplicação dos critérios gerais, como, por exemplo, a idade mínima, visto que o aludido § 4º, do artigo 40, ressalva os casos*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



*especiais definidos em Lei Complementar, diferenciando-o dos demais critérios descritos no próprio artigo 40.*

*Assim sendo, ao servidor que havia preenchido os requisitos para a aposentação nos termos da **Lei Complementar nº 51/85**, tem-se que assegurado estava o direito ao abono em comento.*

10. A tese defendida pela PCDF, que estende, por meio de interpretação, a concessão do abono de permanência aos que implementaram os requisitos da LC nº 51/85 após a vigência da EC nº 41/2003, não pode prosperar por ir de encontro ao texto constitucional, o qual fixa, expressamente, a clientela que faz jus ao referido abono.

11. Ainda, a prevalecer a interpretação da PCDF, estar-se-á fazendo letra morta do disposto no § 19 do art. 40 da CRFB e §§ 5º do art. 2º e 1º do art. 3º da EC nº 41/2003, pois os critérios para a concessão do abono de permanência ali citados diferem-se entre si, donde se conclui que nem todas as modalidades de aposentadoria voluntária foram agraciadas com o abono de permanência, pois se assim o fosse, não haveria necessidade de a EC nº 41/2003 especificar exigências distintas para sua concessão, bastando, nesse caso, um comando genérico.

12. Por oportuno, importa salientar que a jurisdicionada não agiu com prudência ou cautela ao deferir, por meio de interpretação extensiva, abono de permanência aos servidores que não implementaram os requisitos expressamente fixados para sua concessão, haja vista que reconhece, na justificativa apresentada, que não consta “*da letra fria da norma*” previsão para a concessão do abono de permanência aos que cumpriram após a EC nº 41/2003 as exigências da LC nº 51/85, razão pela qual entende-se que, como bem o fez a Polícia Federal, a jurisdicionada deveria, no mínimo, ter requerido pronunciamento da Procuradoria-Geral do Distrito Federal ou mesmo do TCDF, em sede de consulta, antes de conceder vantagem pecuniária sem amparo legal.

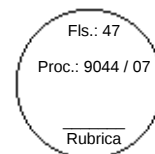
## II – DAS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA

13. Da leitura das reformas ocorridas na previdência constata-se, claramente, que as mesmas tiveram por objetivo a redução dos gastos públicos.

14. O sistema de aposentadoria, que antes era premial, passou a ser contributivo (EC nº 3/1993). Os proventos, que eram calculados sobre a remuneração do cargo em que se dava a aposentadoria, passaram a ser calculados sobre a média aritmética simples das 80% maiores contribuições à previdência (EC nº 41/2003 c/c Lei nº 10.887/04). Os requisitos para se aposentar voluntariamente,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



por tempo de serviço/contribuição, foram ampliados, tendo sido acrescentados idade mínima (60 anos, se homem e 55 anos, se mulher), tempo de exercício mínimo de 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria e de 10 anos no serviço público (EC nº 20/98). E, a aposentadoria proporcional por tempo de serviço/contribuição, de que tratavam os artigos 40, inciso III, alínea “c”, da CRFB, originária, e art. 8º da EC 20/98 foram extintas, conforme se vê das EC's nºs 20/98 e 41/2003, respectivamente.

15. Some-se a isso outras medidas, tais como as impostas pelos §§ 7º e 18 do art. 40 da CRFB, com redação dada pela EC nº 41/2003, relativas ao redutor de 30% do *quantum* pensional que exceder ao limite máximo fixado para os benefícios do regime geral de previdência social e à incidência de contribuição sobre proventos e pensões para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal.

16. As Emendas Constitucionais nºs 20/1998, 41/2003 e 47/2005 criaram algumas regras de transição para aposentadoria voluntária, mais amenas aos servidores que aquelas contidas na nova redação dada ao art. 40 da CRFB (regras gerais).

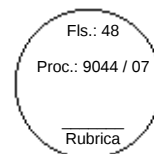
17. À exceção das aposentadorias pelas regras pretéritas, asseguradas aos que haviam cumprido todos os requisitos para a obtenção desses benefícios até a data da publicação das reformas mencionadas (artigo 3º das EC's 20/1998 e 41/2003), em todas as outras regras de transição foi incluso o requisito idade (art. 8º da EC nº 20/1998, artigos 2º e 6º da EC nº 41/2003 e art. 3º da EC nº 47/2005). Assim, a aposentadoria voluntária, que era regida pelo tempo de serviço, passou a ter como parâmetro principal o fator idade, haja vista que, embora o sistema seja contributivo, o servidor não tem a faculdade de deixar de contribuir ao atingir o tempo mínimo de contribuição fixado para aposentação (30 anos, se mulher e 35 anos, se homem).

18. O constituinte derivado, quando da edição da EC nº 20/1998, criou a isenção da contribuição previdenciária (art. 3º, § 1º) aos servidores que optaram em permanecer na atividade tendo completado, até a data de publicação daquela emenda, as exigências para **aposentadoria integral**. A referida isenção foi estendida, também, aos que completaram as exigências para a aposentadoria prevista no *caput* do art. 8º dessa Emenda (aposentadoria com proventos integrais), nos termos do § 5º desse artigo, donde se conclui que os servidores que preenchiam os requisitos previstos no § 1º do referido art. 8º (aposentadoria com proventos proporcionais) não faziam jus a tal benefício. Dos dispositivos mencionados, verifica-se que essa isenção era devida não por todo o tempo que o servidor permanecesse em atividade, mas, somente, até completar os requisitos previstos no art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a”, da CRFB, ou seja, contar 60 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, ou 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPECTORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



19. A EC nº 41/2003 ampliou o incentivo para os servidores permanecerem em atividade, não como isenção da contribuição previdenciária mas como abono de permanência, estendendo-o a mais modalidades de aposentadoria que o previsto na EC nº 20/98 e permitindo seu pagamento até o limite máximo de idade possível para se permanecer no serviço ativo (70 anos).

20. Todavia, nem todas as modalidades de aposentadoria foram agraciadas com o referido abono, haja vista que o constituinte derivado relacionou, de forma expressa, os requisitos que devem ser cumpridos para a concessão desse benefício, deixando de fora, assim, algumas modalidades de aposentação, como por exemplo, a por idade, prevista na regra geral constante do art. 40, § 1º, inciso III, "b", da CRFB, e a relativa ao artigo 3º da EC nº 47/2003.

### III – DA LEGISLAÇÃO ACERCA DO ABONO DE PERMANÊNCIA

21. O abono de permanência, criado pela EC nº 41/2003, consta em três dispositivos constitucionais, quais sejam: art. 40, § 19, da CRFB, art. 2º, § 5º, e art. 3º, § 1º, da EC nº 41/2003. Essas normas constitucionais assim estabelecem:

#### CRFB – omissis

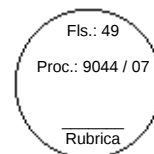
*Art. 40 – Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado **regime de previdência de caráter contributivo e solidário**, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.*

*§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo **serão aposentados**, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:  
(...)*

*III - **voluntariamente**, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;  
(...)

**§ 19.** O servidor de que trata este artigo **que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a,** e que opte por permanecer em atividade fará jus a um **abono de permanência** equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II<sup>2</sup>.

O grifo não faz parte do original.

**EC Nº 41/2003 – omissis**

**Art. 2º** Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

**I** - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

**II** - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

**III** - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

**a)** trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

**b)** um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.  
(...)

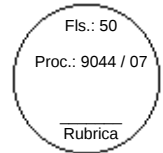
<sup>2</sup> Art. 40. da CRFB – omissis  
§ 1º (...)

inciso II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.  
Arquivo: /tmp/tomcat6-tomcat6-tmp/document708312389568456101.sxw





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**§ 5º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.**  
(...)

**Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.**

**§ 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.**

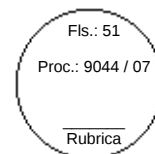
O grifo não faz parte do original.

22. Da leitura desses dispositivos emergem as conclusões a seguir apresentadas.

23. O abono de permanência de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, equivalente ao valor da contribuição previdenciária do servidor, é devido a todos os servidores, independentemente da data de ingresso no serviço público, que permanecerem em atividade após terem cumprido as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no art. 40, § 1º, III, a, da CRFB (ou seja, possuir 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo efetivo que estiver exercendo e contar 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, ou 55 anos de idade, e 30 de contribuição, se mulher). Tal abono é devido até o servidor completar a idade limite de permanência no serviço ativo (70 anos).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



24. Fazem jus ao abono de permanência referido no § 5º do art. 2º da EC nº 41/2003 os servidores que **ingressaram em cargo efetivo público até 16/12/1998**, e contarem 53 anos de idade, 5 anos no cargo efetivo que estiver exercendo e 35 anos de contribuição + um período adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que, em 16/12/1998, faltaria para atingir o limite de 35 anos de contribuição, se homem, ou 48 anos de idade, 5 anos no cargo efetivo que estiver exercendo e 30 anos de contribuição + um período adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que, em 16/12/1998, faltaria para atingir o limite de 30 anos de contribuição, se mulher, sendo devido esse abono, até o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço ativo (70 anos).

25. Tem direito à percepção do abono de permanência de que trata o § 1º do artigo 3º da EC nº 41/2003, até atingirem a idade de 70 anos, os servidores que permanecerem em atividade tendo completado, **antes de 31/12/2003, as exigências para aposentadoria voluntária** nos termos das regras até então vigentes (ou seja, de acordo com as regras impostas pela EC 20/1998, inclusive as resguardadas pelo art. 3º dessa emenda – direito adquirido), e, além disso, contarem **25 anos de contribuição, se mulher, ou 30 anos de contribuição, se homem**.

26. Vê-se que o referido § 1º não especifica qual modalidade de aposentadoria voluntária a que se refere, donde se conclui que o abono de permanência de que trata esse artigo é devido aos servidores que, contando o tempo de contribuição lá fixado, completaram, antes de 31/12/2003, as exigências de qualquer modalidade de aposentadoria voluntária, quer seja da regra geral (art. 40, § 1º, inciso III, com redação dada pela EC nº 20/98), quer seja das regras de transição (artigos 3º e 8º da EC nº 20/98), quer seja das regras especiais (art. 40, §§ 4º e 5º), independentemente de a aposentadoria ser com proventos integrais ou proporcionais.

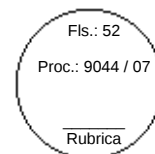
27. Contudo, o § 1º do art. 3º da EC nº 41/2003 **somente se aplica a quem adquiriu o direito a se aposentar voluntariamente antes da vigência da EC nº 41/2003, desde que, naquela data, contasse 25 anos de contribuição, se mulher, ou 30 anos de contribuição, se homem**, não contemplando, dessa forma, os servidores com tempo de contribuição inferior ao ali fixado, o que é possível de ocorrer no caso da aposentadoria de que trata o art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da CRFB, com redação dada pela EC nº 20/98.

28. O abono de permanência criado pela EC nº 41/2003 foi objeto de normatização na Medida Provisória nº 167/2004, convertida na Lei nº 10.887/2004. Essa lei assim regulamentou o abono de permanência:

*Art. 4º A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



*respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidente sobre a totalidade da base de contribuição.*

*§ 1º Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:*

*(...)*

*IX - o **abono de permanência** de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.*

*(...)*

*Art. 7º O servidor ocupante de cargo efetivo que tenha **completado as exigências** para aposentadoria voluntária **estabelecidas na alínea a do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, no § 5º do art. 2º ou no § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003**, e que opte por permanecer em atividade fará jus a **abono de permanência** equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.*

*(...)*

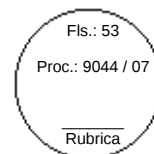
*Art. 16. As contribuições a que se referem os arts. 4º, 5º e 6º desta Lei serão exigíveis a partir de 20 de maio de 2004.*

*§ 1º Decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, **os servidores abrangidos pela isenção de contribuição referida no § 1º do art. 3º e no § 5º do art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, passarão a recolher contribuição previdenciária correspondente, fazendo jus ao abono a que se refere o art. 7º desta Lei.***

29. Do § 1º do art. 16 da Lei nº 10.887/2004 tem-se que todos os servidores que faziam jus à isenção de contribuição de que trata a Emenda Constitucional nº 20/98 têm direito a perceber o abono de permanência criado pela EC nº 41/2003. Dos demais dispositivos dessa lei, especialmente do contido em seu art. 7º, nota-se que a mesma não estendeu a concessão de abono de permanência



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



além do disposto no texto constitucional. Por oportuno, convém frisar que a Lei nº 10.887/2004 veda a inclusão do abono de permanência na base de cálculo da contribuição previdenciária do servidor, donde se conclui que o seu valor não pode ser considerado para fins do disposto no § 3º do art. 40 da CRFB, com redação dada pela EC nº 41/2003.

30. A Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, que fixou o subsídio dos cargos das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, quanto ao abono de permanência, dispôs:

*Art. 4º O subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o art. 1º desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:*

*(...)*

*III - **abono de permanência** de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.*

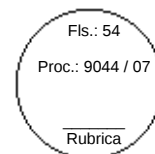
31. Note-se que a Lei nº 11.361/2006 não estendeu o abono de permanência aos servidores que permanecerem em atividade tendo cumprido os requisitos para aposentadoria especial (LC nº 51/85), mas apenas assegurou o respectivo pagamento em parcela desassociada do subsídio.

32. Quanto à aposentadoria especial de que trata o art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/85, que permite ao funcionário policial se **aposentar voluntariamente após 30 (trinta) anos de serviço** desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos estritamente policial, vale lembrar que o Tribunal, por meio da Decisão TCDF nº 2517/2001, prolatada nos autos de aposentadoria de nº 1720/99, *decidiu deliberar que permanece em vigor a Lei Complementar n.º 51/85, enquanto não revogada ou modificada por outra lei complementar, consoante estabelece o § 4º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98.* Ratificou esse posicionamento ao considerar legal, para fins de registro, a aposentadoria tratada no Processo TCDF nº 509/2003, concedida em 2002 com amparo nessa lei (Decisão TCDF nº 3134/2007). Depreende-se desses julgados que o Tribunal considera recepcionada pela EC nº 20/98 a LC nº 51/85.

33. E, não há dúvida de que a aposentadoria de que trata o art. 1º, inciso I, da LC nº 51/85 é uma modalidade de aposentadoria voluntária, pois o exercício desse direito depende da manifestação da vontade do servidor.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



34. Assim, somente os servidores **que completaram, até 30/12/2003**, as exigências para se aposentar com esteio nessa Lei Complementar e optaram em permanecer na atividade fazem jus ao abono de permanência com supedâneo no § 1º do art. 3º da EC nº 41/2003, o qual é específico para quem já havia adquirido direito a uma modalidade de aposentadoria voluntária (direito adquirido).

35. Vale ressaltar que, o comando do § 19 do art. 40 da CRFB difere do previsto no § 1º do art. 3º da EC nº 41/2003, pois enquanto este é de caráter genérico, pois refere-se a modalidade de aposentadoria (*aposentadoria voluntária*), aquele é de caráter específico, uma vez que o legislador, de forma expressa, não definiu a modalidade de aposentadoria, mas fixou a idade e os tempos de contribuição e de serviço mínimos necessários para o servidor fazer jus ao referido abono (§ 1º, III, a, do art. 40, ou seja, contar 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo efetivo que estiver exercendo e 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, ou contar 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo efetivo que estiver exercendo e 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher).

36. Por outro lado, os servidores que **completarem as exigências** para a aposentadoria de que trata o art. 1º, inciso I, **da Lei Complementar nº 51/85 a partir de 31/12/2003 não fazem jus ao abono de permanência** da EC nº 41/2003, por falta de amparo legal, haja vista que as exigências contidas nos dispositivos constitucionais que tratam do assunto (§ 19 do art. 40 da CRFB e no § 5º do art. 2º da EC nº 41/2003) transcendem as relativas à LC nº 51/85.

37. A LC Nº 51/85, diferentemente dos preceitos constitucionais citados no parágrafo anterior, não estipula idade mínima para a concessão da aposentadoria de que trata o seu art. 1º, inciso I, e o tempo de serviço lá fixado para aposentação, quanto aos servidores do sexo masculino (30 anos de serviço), é bem inferior ao expressamente estabelecido nos citados parágrafos que dispõem sobre o abono de permanência. Além disso, o outro dispositivo constitucional que trata de abono de permanência, o § 1º do art. 3º da EC nº 41/2003, é específico de servidores que adquiriram o direito de se aposentar voluntariamente antes da entrada em vigor da EC nº 41/2003, não se aplicando, portanto, a servidores que adquiriram o direito a se aposentar pela LC nº 51/85 na vigência dessa Emenda.

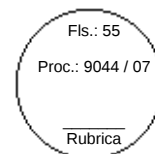
38. E, conforme já mencionado, a legislação ordinária, especificamente as Leis nºs 10.887/04 e 11.361/2006, as quais fazem referência ao abono de permanência, não estendem essa concessão às aposentadorias especiais, como não poderia deixar de ser, haja vista que a Constituição, nos termos do § 4º de seu art. 40, com redação dada pela EC nº 47/2005<sup>3</sup>, sequer permitiu à Lei Complementar

<sup>3</sup> § 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

*I portadores de deficiência;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



dispor sobre esse assunto, pois a ressalva ali constante trata-se, tão somente, da adoção de **requisitos e critérios diferenciados quanto à aposentadoria** e não em relação à qualquer outra vantagem, principalmente as de caráter financeiro.

39. Assim, a justificativa da PCDF para concessão do abono de permanência, no sentido de que *o aludido § 4º, do artigo 40, ressalva os casos especiais definidos em Lei Complementar, diferenciando-o dos demais critérios descritos no próprio artigo 40*, não procede, uma vez que o referido normativo constitucional não se relaciona, em absolutamente nada, à concessão de abono de permanência.

40. Vale lembrar que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como se vê da cópia do Despacho firmado no Processo nº 04500,001140/2005-38, juntado pelo *parquet* a estes autos às fls. 8/11 como fonte de informação, comunga do pensamento aqui externado de que carece de amparo legal a concessão de abono de permanência a servidores que cumpriram as exigências para se aposentar nos termos da Lei Complementar nº 51/85 **após a vigência da EC nº 41/2003**.

41. Da legislação constitucional e infraconstitucional que cuida do abono de permanência, depreende-se que nem todas as modalidades de aposentadoria voluntária, cujos **requisitos** foram **cumpridos após 30/12/2003**, foram agraciadas com o abono de permanência criado pela EC nº 41/2003, haja vista que algumas modalidades de aposentadoria não se enquadram nos requisitos expressos constantes dos dispositivos que tratam desse assunto, são elas as aposentadorias especiais (§§ 4º e 5º do art. 40 da CRFB), a aposentadoria por idade (art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, do art. 40), a de que trata o art. 6º da EC nº 41/2003 no pertinente à aposentadoria especial de magistério e a referente ao art. 3º da EC nº 47/2005. Vale mencionar que os servidores que preenchem os requisitos para aposentação prevista no art. 6º da EC nº 41/2003 (exceto aposentadoria especial de magistério), embora não estejam contemplados no texto constitucional, fazem jus ao referido abono, posto que cumprem as exigências contidas no § 19 do art. 40 da CRFB, estando, portanto, amparados por esse dispositivo.

42. Assim, de acordo com as considerações ora expendidas, fazem jus ao abono de permanência somente os servidores que permanecerem em atividade e se enquadrarem numa das situações previstas no texto constitucional, a seguir resumidas:

- a) ter ingressado no serviço público a qualquer tempo, desde que conte 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo efetivo que estiver exercendo e 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, ou contar 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 5

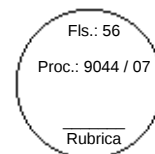
*II que exerçam atividades de risco;*

*III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



anos no cargo efetivo que estiver exercendo e 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher, em face do disposto no **§ 19 do art. 40 da CRFB**;

b) ter ingressado no serviço público até 16/12/1998, desde que cumpra os requisitos para aposentadoria previstos no art. 2º da EC nº 41/2003, quais sejam: b.1) ter a idade de 53 anos, se homem e 48 anos, se mulher; b.2) contar 5 anos de efetivo exercício no cargo que está exercendo; b.3) ter tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 35 anos, se homem e 30 anos, se mulher, acrescido de um adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que na data da publicação da EC nº 20/1998 faltaria para o servidor atingir 35 anos de contribuição, se homem ou 30 de contribuição, se mulher, em conformidade com o previsto no **art. 2º, § 5º, da EC nº 41/2003**;

c) ter cumprido, antes da publicação da EC nº 41/2003, as exigências para aposentadoria voluntária, e contar com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, em decorrência do fixado no **§ 1º do art. 3º da EC nº 41/2003**.

43. Os servidores que não se enquadrarem numa das três situações citadas no parágrafo anterior não fazem jus ao abono de permanência de que trata a EC nº 41/2003, por falta de amparo legal, estando entre eles os servidores que cumprirem, **após a publicação da EC nº 41/2003**, os requisitos para aposentadoria especial de que trata a Lei Complementar nº 51/85, bem como os relativos à aposentadoria especial de professor, os que implementarem idade limite, nos termos do art. 40, §1º, III, "b" da CRFB, entre outros.

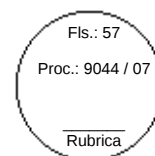
#### **IV – DA INSPEÇÃO**

44. Dando cumprimento ao item I da Decisão TCDF nº 2277/2007 (fl. 29), esta Unidade Técnica, por meio da Nota de Inspeção nº 01 (fl. 33), solicitou à PCDF a indicação de todos os servidores daquele órgão a quem foi concedido o abono de permanência de que trata a EC nº 41/03, bem como as informações necessárias ao exame da regularidade do pagamento do referido abono. Os dados solicitados foram encaminhados a esta Corte e encontram-se nos Anexos I e II deste processo, arquivados em ordem alfabética para facilitar a localização dos mesmos.

45. Em complementação ao quadro apresentado pela PCDF (páginas iniciais do anexo I), foi elaborado por esta Unidade Instrutiva um resumo para melhor visualizar a situação dos servidores na data da publicação da EC nº 41/2003, bem como na data em que foi concedido o abono de permanência. Nesse quadro, que foi juntado às fls. 37/39, consta a idade, o tempo de serviço para fins de aposentadoria e o tempo estritamente policial nas duas datas mencionadas, e, ainda, possível



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



fundamento legal da aposentação, tendo em conta os requisitos cumpridos pelos servidores.

46. Os resultados advindos das análises dos dados fornecidos pela jurisdicionada estão consubstanciados nos parágrafos seguintes.

47. Foram concedidos 74 abonos de permanência, sendo 9 para servidoras e 64 para servidores, beneficiando 15 delegados, 10 peritos, 1 médico legista, 3 escrivães, 9 papiloscopistas, 6 agentes penitenciários e 30 agentes de polícia. Desse total há que se excluir o relativo ao escrivão Vicente de Paula Oliveira, cuja concessão foi tornada sem efeito em julho de 2007, conforme mencionado no parágrafo 6 anterior.

48. O servidor Raimundo Nonato N. da Silva, na data citada como de concessão do abono de permanência (09/02/2006), contava 65 anos de idade e 36 anos de contribuição, além de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo atual, preenchendo, dessa forma, as exigências contidas no § 19 do art. 40 da CRFB. Conseqüentemente, faz jus ao abono de permanência de que trata esse parágrafo.

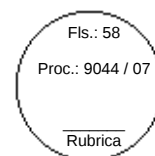
49. Os servidores Eloy Nonato da Silva, Eunice Correa Araujo, Ezequiel Policarpo de Medeiros, Francisco Pinheiro da Silva e João Rodrigues dos Santos cumpriram os requisitos para se aposentar nos termos do art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112/90 antes da vigência da EC nº 20/98, estando essa modalidade de aposentação assegurada a esses servidores pelo art. 3º da EC nº 20/98 combinado com o art. 3º da EC nº 41/2003. Quando da EC nº 41/2003 cumpriam também as exigências para aposentadoria voluntária especial de que trata o art. 1º, inciso I, da LC nº 51/85. Dessa forma, a concessão de abono de permanência a esses servidores guarda conformidade com o disposto no § 1º do art. 3º da EC nº 41/2003.

50. A servidora Lea S. Meireles dos Santos cumpriu os requisitos fixados para aposentadoria voluntária com proventos integrais de que trata o art. 8º, incisos I, II e III da EC nº 20/98 e ainda os relativos à LC nº 51/85 antes da EC nº 41/2003, fazendo jus, portanto, ao abono de permanência em face do disposto no § 1º do art. 3º da EC nº 41/2003.

51. Os servidores Antonio Carlos de Souza, Antonio Carlos Domith de Paula, Demostenes Arnaud S. Pedrosa, Francisco Duarte Martins, Francisco Menezes de Souza, Luiz Antonio Silva Oliveira e Raimundo Nonato Lima Rodrigues preencheram os requisitos para aposentadoria de que trata o art. 1º, inciso I, da LC nº 51/85, antes da EC nº 41/2003, tendo direito, assim, ao abono de permanência de que trata o § 1º do art. 3º da EC nº 41/2003.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



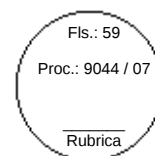
52. Na apuração do tempo de serviço relativa a Fabio Cortez consta mais de 21 anos de licenças, das quais mais de 7 anos não foram considerados para quaisquer fins e os outros 14 anos foram computados somente para fins de aposentadoria. Consigne-se que, nos documentos encaminhados a esta Corte de Contas, não constam esclarecimentos acerca desse fato, o que inviabiliza a verificação da regularidade da concessão do abono de permanência a esse servidor.

53. Os outros 59 servidores, relacionados no quadro a seguir, aí incluindo o escrivão Vicente de Paula Oliveira (cuja concessão do abono de permanência foi tornada sem efeito, conforme já mencionado), cumpriram os requisitos indicados no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar 51/85 **somente após a vigência da EC nº 41/2003**. Como as exigências constitucionais para a concessão do abono de permanência (§ 19 do art. 40 da CRFB e § 5º do art. 2º da EC nº 41/2003) transcendem as da LC nº 51/85, esses servidores não fazem jus ao abono de permanência, devendo a jurisdicionada, de imediato, suspender o pagamento da vantagem, tornar sem efeito os atos que as concederam e providenciar a devida reposição ao erário dos valores pagos indevidamente.

Nome do servidor	Idade (anos)	Tempo de serviço		Tempo estritamente policial	
		até EC41/03	até EC41/03 até conces. do abono	até EC41/03	até conces. do abono
01- Aciol Pereira dos Santos	45	27	29a e 363 d	22	23
02- Aluizio Gonçalves de Carvalho	43	29	32	24	27
03- Ananias Neto da Silva	46	27	29a e 362d	17	20
04- Antonio Admar Brandão	46	28	31	19	22
05- Antonio Coelho Sampaio	46	28	29a e 360d	29	31
06- Antonio da Silva	43	28	30	21	23
07- Antonio Fernando Bassotelli	51	29	30	28	29
08- Arnaldo Neves da Silva	43	27	30	22	25
09- Bras Justino da Costa	44	28	30	23	25
10- Carlos Alberto Freire	52	29	31	26	28
11- Cristovão Virgolino Guedes	44	28	31	23	25
12- David Ferreira de Melo	44	26	30	21	25
13- Diogenes Alves de Castro	45	27	30	21	24
14- Domingos da Silva Neto	42	28	31	18	21
15- Edson Luiz da Silva	52	26	30	24	27
16- Eliud Sousa Martins Junior	47	29	32	29	32
17- Elza Palazzo Lopes	49	28	31	28	31
18- Flavio Luiz Jose Faggiani	54	28	30	23	25
19- Francisco Jose Coelho Sampaio	43	29	30	22	24
20- Gerson Mário Alves de L. Sobrinho	46	27	30	19	22
21- Gilberto Alves Ribeiro	42	28	31	22	25
22- Gilson Simões Ramos Filho	45	28	30	22	24
23- Hamilton Cassemiro Cardoso	49	27	30	27	30



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPECTORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA

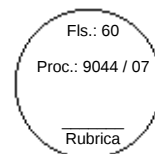


24- Hilton Soares Sacerdote	49	29	30	26	28
25- Ilton Ferreira dos Santos	42	27	30	22	25
26- João Ferreira de Padua	44	29	30	22	22
27- João Gilberto S. da Silva	44	26	30	16	20
28- José Américo Santos	49	27	30	17	20
29- Jose Aparecido da Silva	48	29	31	27	29
30- José Roberto Mendes	46	29	31	18	20
31- Josebel Costa do Nascimento	43	29	31	23	25
32- Julio Lopes da Hott	42	28	30	22	24
33- Klever José de Oliveira Moraes	41	26	30	20	23
34- Luis Antonio Garcia Pereira	46	27	30	23	26
35- Luiz Claudio Rosa Filho	44	27	30	22	25
36- Marcílio Luiz G. de Aguiar	46	28	30	22	25
37- Margarida Maria Furtado Neves	47	28	30	28	30
38- Maria Auxiliadora Alves Silva	45	28	31	17	20
39- Maria Siceli Anselmo V. L. Batista	45	28	31	28	31
40- Mary Bessa Monteiro	45	29	31	29	31
41- Mauricio Gonçalves da Cunha	43	28	30	22	24
42- Naise Aparecida Lopes	45	29	31	29	31
43- Natal de Sousa Silva	44	27	30	21	24
44- Onofre Jose de Moraes	47	29	31	29	31
45- Paulo Maurício da Encarnação	46	27	30	18	20
46- Paulo Rovilo Hoffmann	42	28	30	17	20
47- Plínio do Carmo Gieseler	46	27	31	22	25
48- Reginaldo Borges da Silva	46	28	31	23	26
49 -Reinaldo Cabral dos Anjos	45	27	31	17	20
50- Ritta Margarida Paim de C Lima	49	28	30	27	30
51- Ronaldo Vasconcelos Pimentel	47	29	31	29	31
52- Rosimario Ferreira dos Santos	46	28	30	25	27
53- Rosival Pereira Machado	45	27	30	17	21
54- Sebastião de Oliveira Leite	45	28	31	19	22
55- Sebastião Pereira de Moura	46	28	30	22	23
56- Sebastião Rosa de Santana	45	29	30	23	25
57- Vicente de Paula Oliveira	42	28	31	23	27
58- Waltoires Reis da Silva	45	28	31	22	25
59- Zenóbio Viana Rocha	45	28	30	22	24

54. Consigne-se que, não obstante o disposto no art. 101 da Lei nº 8.112/90, segundo o qual a apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias, foram concedidos abonos de permanência aos servidores **Acio Pereira dos Santos, Ananias Neto da Silva e Antonio Coelho Sampaio** faltando, respectivamente, 2 dias, 3 dias e 5 dias para completarem 10.950 dias de serviço (30 anos), tempo esse cumprido após a EC nº 41/2003.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



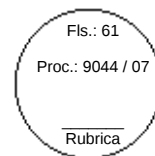
## V – DAS SUGESTÕES

55. Por todo o exposto, sugere-se ao eg. Tribunal:

- I) considerar cumprida a Decisão TCDF nº 2277/2007;
- II) tomar conhecimento:
  - a) das justificativas apresentadas pela PCDF em atenção ao item III da Decisão TCDF nº 2277/2007;
  - b) dos documentos constantes dos anexos I e II deste processo, encaminhados a esta Casa pela PCDF em atendimento à Nota de Inspeção nº 01, bem como do resultado apurado;
- III) deliberar no sentido de que o abono de permanência previsto na Emenda Constitucional nº 41/2003:
  - a) é devido aos servidores com idade inferior a 70 anos que optarem em permanecer no serviço ativo após terem cumprido as exigências arroladas em uma das situações a seguir indicadas:
    - a.1) se homem:
      - a.1.1) contar 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo efetivo que estiver exercendo e 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, independentemente da data de ingresso no serviço público, em face do disposto no § 19 do art. 40 da CRFB; ou
      - a.1.2) ter ingressado no serviço público até 16/12/1998 e contar 5 anos no cargo efetivo que está exercendo, 53 anos de idade, tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 35 anos, acrescido de um adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que na data da publicação da EC nº 20/98 faltaria para o servidor atingir 35 anos de contribuição, por força do fixado no art. 2º, § 5º, da EC nº 41/2003; ou
      - a.1.3) contar, no mínimo, trinta anos de contribuição e ter cumprido, antes da publicação da EC nº 41/2003, as exigências para aposentadoria voluntária previstas na legislação pretérita, por força do disposto no § 1º do art. 3º da EC nº 41/2003;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**a.2)** se mulher:

**a.2.1)** contar 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo efetivo que estiver exercendo e 55 anos de idade e 30 de contribuição, independentemente da data de ingresso no serviço público, em face do disposto no § 19 do art. 40 da CRFB; ou

**a.2.2)** ter ingressado no serviço público até 16/12/1998 e contar 5 anos no cargo efetivo que está exercendo 48 anos de idade, tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 30 anos, acrescido de um adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo que na data da publicação da EC nº 20/98 faltaria para a servidora atingir 30 de contribuição, por força do fixado no art. 2º, § 5º, da EC nº 41/2003; ou

**a.2.3)** contar, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição e ter cumprido, antes da publicação da EC nº 41/2003, as exigências para aposentadoria voluntária previstas na legislação pretérita, por força do disposto no § 1º do art. 3º da EC nº 41/2003;

**b)** é indevido, **por falta de amparo legal**, a concessão do abono de permanência de que tratam os artigos 40, § 19, da CRFB, 2º, § 5º, e 3º, § 1º, da EC nº 41/2003 aos servidores que cumprirem, **na vigência da EC nº 41/2003**, as exigências para as aposentadorias especiais de que tratam a Lei Complementar nº 51/85, art. 6º da EC nº 41/2003 (no atinente à aposentadoria especial de magistério) e § 5º do art. 40 da CRFB, bem como aos que cumprirem os requisitos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da CRFB e do art. 3º da EC nº 47/2005;

IV) determinar à Polícia Civil do DF que:

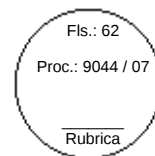
**a)** suspenda, de imediato, o pagamento do abono de permanência concedido em desacordo com as orientações fixadas no item III, precedente;

**b)** apure, no prazo de 30 dias, o montante indevidamente pago a título de abono de permanência, providenciando o ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90;





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
TERCEIRA DIVISÃO TÉCNICA



**c)** indique os responsáveis pela concessão irregular do abono de permanência a integrantes da PCDF, comunicando-lhes para que apresentem suas razões de justificativa, em face da possível aplicação da multa prevista no art. 182, inciso I, do Regimento Interno do TCDF, tendo em conta o deferimento do benefício sem respaldo legal e sem a prudência indispensável ao administrador público;

**d)** esclareça, para fins de comprovação do direito do servidor ao abono de permanência, tomando as medidas cabíveis, do que se trata os 21 anos (de 1985 a 2006) lançados no campo "LICENÇAS" do demonstrativo de tempo de serviço do servidor Fabio Cortez, encaminhado a esta Casa em cumprimento à Nota de Inspeção nº 01, dos quais 14 anos foram considerados para fins de aposentadoria, apontando, inclusive o fundamento legal que amparou esse afastamento;

**e)** atente para o disposto no art. 101 da Lei nº 8.112/90, segundo o qual a apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias;

V) dar ciência do teor da decisão que vier a ser adotada nestes autos à PCDF e aos demais órgãos jurisdicionados, recomendando-os que observem as orientações traçadas nessa decisão quando da concessão do abono de permanência de que trata a Emenda Constitucional nº 41/2003;

VI) autorizar:

**a)** o envio de cópia desta instrução à PCDF, para subsidiar a adoção das providências alvitadas no item IV, retro; e

**b)** o retorno dos autos a esta Inspeção para os fins pertinentes.

À superior consideração.

Brasília - DF, 07 de agosto de 2007.

**Sêlva Silveira de Queiroz**  
Analista de Finanças e Controle Externo  
Matrícula 574-6